

# Congresso, escola de escândalos.

*Nacional*

Jarbas Passarinho

Da tribuna da Câmara, o deputado, esquecido das regras civilizadas da linguagem parlamentar, dirige palavras que, segundo historiadores menos respeitáveis, teriam sido usadas pela primeira vez na história da humanidade, por um Caim indignado com Abel e alcançando injusta e indevidamente a Eva, até porque só existia Adão no mercado sentimental da época. Insulto que vararia os tempos, os séculos e os milênios, seria usado pelo presidente Truman referindo-se a um colunista famoso e, mais recentemente, até por um notável candidato a presidente da República, nos embates do primeiro turno das eleições de 88.

Além de ofendido, o atemorizado par do agressor foi por este seguro pelo colarinho e só não teve o destino de Mike Tyson diante de James Buster Douglas porque o líder da maioria interveio.

O comportamento dos deputados assemelhou-se, durante toda a sessão legislativa, a estudantes vadios, que não cumprem os trabalhos em domicílio. Desatentos, irritáveis e indevidamente ansiosos pelo fim de cada sessão, não terminaram cumprindo os deveres de votar os projetos de lei em curso. Em compensação, seus vencimentos foram generosamente aumentados, sem que houvesse necessidade mesmo de votação individual. Escândalos foram a tônica no decorrer do ano. De acordo com uma pesquisa, 47 membros do Congresso estiveram envolvidos em violações éticas, de uma ou outra natureza, em 1989, inclusive o presidente e o líder da maioria, o que significou um escândalo a cada semana, incluindo cinco senadores que estão sendo agora investigados, por favorecimento de um poderoso empresário, que financiou suas eleições com algo em torno de 1,4 milhão de dólares.

A votação da lei de meios (orçamento da União) foi retalhada segundo os interesses individuais de deputados e senadores, particularmente no tocante aos meios destinados à saúde e previdência.

Desagradáveis tarefas estão esperando pelos congressistas em seu retorno e, a menos que eles a enfrentem corajosamente, historiadores podem registrar 1990 como o ano em que a democracia emergiu da tirania no Leste Europeu, enquanto por aqui não se fez senão zombaria e escárnio.

Um senador, depois de seis anos de mandato e outros seis na Câmara dos Deputados, decidiu não mais concorrer à reeleição, considerando que a família é mais importante que a fama. A verdade, porém, é um pouco diferente. Ele está tomado de completo desencanto com a atividade legislativa. Chegou pensando travar grandes debates e trocas de idéias. Descobriu que "o corpo legislativo havia perdido suas visões e estava na iminência de perder a alma. No Senado, os debates se transformaram em uma série monótona de discursos proferidos para um plenário quase vazio enquanto o quórum para votações é raramente alcançado. Talvez a atual crise tenha tido origem no aparecimento de uma grande e nova classe de congressistas. O poder das lideranças começou a desmoronar em ambas as Casas. A autoridade tor-

nou-se pulverizada. Hoje existem vários centros de poder no senado e cada membro é tão rápido em discursar quanto lento em chegar a acordo. A tática obstrucionista faz-se com longos e intermináveis discursos, a fim de atrasar e derrotar um projeto de lei. Essa prerrogativa, normalmente da oposição, possui um passado honroso, mas ultimamente seu uso vem crescendo como um tumor maligno. O declínio dramático da disciplina colaborou para alongar as sessões e, assim, eliminar os períodos que os legisladores tinham para participar com seus eleitores. A maioria de nós foi forçada a tornar-se senadores de terças às quintas-feiras, espremendo-se em rápidas visitas de finais de semana a fim de evitar sentirem-se como exilados de seus Estados de origem. Pela primeira vez na história do Congresso, um senador foi literalmente carregado para o plenário, não para discutir assunto importante, mas para completar o quórum de votação. Em dezembro último, os legisladores estavam ansiosos pelo recesso. O Congresso discutia o Orçamento da União. Eu estava discursando sobre a impossibilidade de saber o que íamos votar, quando um funcionário entrou carregando o projeto constante de 2.100 páginas. Vozes começaram a gritar: **Votação.** Em menos de meia hora o Congresso adotou um orçamento vultoso, que não foi lido integralmente por nenhum congressista".

O desafortunado senador ainda se queixou de que se ele tem a sorte de ter colegas presentes para ouvirem seus discursos é porque normalmente eles estão aguardando, impacientes, para fazerem seus próprios discursos. E, nas raras ocasiões em que há boa presença, ele tem de elevar o timbre da voz para vencer o ruído das conversas paralelas.

Imagino que, a esta altura da leitura, colegas meus estejam indignados comigo, enquanto os leitores devem bater a cabeça a cada frase, concordando com o descalabro da "fábrica de escândalos" e falta de exatidão no cumprimento dos deveres do mandato legislativo. Ocorre que estou transcrevendo, sucessivamente, um editorial do **New York Times**, de 10 de dezembro de 1989, e parte do artigo que o senador Daniel Evans, representante do Estado de Washington, publicou no **New York Times Magazine**, em abril de 1988, sob o título: "Porque estou deixando o Senado".

Algumas coincidências à parte, restá saber se a opinião pública dos Estados Unidos, cujo Congresso é considerado o mais poderoso, entre os regimes presidencialistas, põe os políticos no último lugar, como fazemos no Brasil, na lista das organizações merecedoras de fé e de crédito.

Agrada-me desanuviar o semblante dos senadores e deputados que me tenham honrado com a leitura deste artigo e lastimo ter roubado do leitor, tão acostumado a nos desconsiderar, a satisfação de pensar que eu estava fazendo o retrato do Congresso brasileiro. Afinal, não é lá muito diferente, mas a companhia compensa...